



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022 RP Nº 023/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para futura e eventual locação de kit concentradores de oxigênio, CPAP, BI-LEVEL e ventilador mecânico para atendimento ao programa de oxigenoterapia domiciliar, neste município, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, encaminhada via e-mail no dia 14/07/2022, às 17:11h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 065/2022, Pregão Eletrônico nº 032/2022, RP nº 023/2022.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 8.7.1.3 do Edital, correspondente ao item 8.1.3 do Anexo I – Termo de Referência, pleiteando-se a inclusão da Ficha de Registro de empregado como meio comprobatório de vínculo do profissional a ser indicado como Responsável Técnico, além daqueles já previstos nas cláusulas retrocitadas do instrumento convocatório.

Noutro passo, a Impugnante pleiteia seja retificado o descritivo do item 01 (Kit Concentrador de Oxigênio com backup), a fim de que passe a constar no Edital o “*quantitativo de fornecimento de cilindro de 1m³ para transporte*”.

Ademais, assevera-se que o Edital não define prazo para implantação dos equipamentos, sustentando que o prazo razoável seria em torno de 60 (sessenta) dias.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

De acordo com o item 12.1 do Edital, “As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/>), link ‘editais e resultados’ e posteriormente ‘impugnar’”.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 20/07/2022, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 14/07/2022, às 17:11h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Ressalta-se que não fora observada a forma de interposição prevista no instrumento convocatório (protocolo no portal BBMNET, nos termos do item 12.1 do Edital), não sendo o encaminhamento via e-mail forma de interposição contemplada no instrumento convocatório.

Não obstante, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação, como medida de flexibilização de formalismo, e em observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

III. Do mérito da Impugnação

III.1. Da impugnação ao item 8.7.1.3 do Edital

Dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado:

“8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1. Para todos os itens (01 a 04):

(...)

8.7.1.2. Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) no Conselho Regional Competente, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido, apto a desenvolver as atividades relacionadas ao objeto desta licitação, para atuar como Responsável Técnico.

8.7.1.3. A comprovação de vínculo do profissional indicado como Responsável Técnico (conforme item anterior) se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

devidamente registrado na entidade competente, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional indicado como RT, desde que acompanhada de declaração/assinatura de anuência do profissional.

8.7.1.3.1. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.

8.7.1.3.2. No decorrer da execução do serviço, o profissional de que trata este subitem poderá ser substituído, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.” (destacamos)

Observa-se que a finalidade da exigência editalícia constante do item 8.7.1.3 do Edital é obter comprovação de vínculo entre a licitante e o profissional indicado como Responsável Técnico (vide item 8.7.1.2), para fins de demonstração da capacidade técnico-profissional (art. 30, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

Pontua-se que o Edital contemplou, de forma exemplificativa, meios diversos para viabilizar tal comprovação, dentre eles: **a)** apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; **b)** apresentação de cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; **c)** apresentação de cópia do contrato de trabalho devidamente registrado na entidade competente, em que conste o profissional como responsável técnico; e, **d)** apresentação de declaração de contratação futura do profissional indicado como RT, desde que acompanhada de declaração/assinatura de anuência do profissional.

Cumpra esclarecer que o rol previsto no Edital não tem o condão de excluir a apresentação de outros documentos comprobatórios do vínculo profissional, tratando-se de rol não exaustivo colacionado para ilustrar possíveis meios de comprovação.

No caso concreto, a licitante defende que a Ficha de Registro de empregado “*tem a mesma legitimidade para comprovar o vínculo do profissional com a empresa licitante*”, assistindo-lhe razão em tal afirmativa.

Não obstante, considerando que o instrumento convocatório não impôs vedação acerca da apresentação do documento em específico, descabe falar em necessidade de modificação do Edital, ressaltando-se tão somente a natureza **exemplificativa** do rol constante do item 8.7.1.3 do Edital.

III.2. Da impugnação ao descritivo do item 01 (Kit Concentrador de Oxigênio com backup), contido no item 19 do Edital

Dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado:

“KIT - CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO COM BACKUP - Locação de concentrador de oxigênio 5l/min, equipamento prático que permita a mobilidade do paciente dentro de seu domicílio, capaz de produzir oxigênio concentrado a partir do ar ambiente, com baixo consumo de energia. Características: alimentação: 127v ou 220v dimensões aproximadas: 58 x 38 x 24cm peso aproximado: 14kg nível de ruído: 45 dba à 52dba fluxo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

*aproximado: 0,5 a 5 l/m (litros/minuto) pressão de saída: 5,5 psi equipamento montado sobre rodízios, incluindo um umidificador em PVC, cânula nasal e ou máscara adulto e infantil com extensão de no mínimo 6 metros, cânula e extensor devem ser compatíveis com máscaras para traqueostomia, deverão estar incluso a troca dos mesmos a cada 3 meses. Cada concentrador deverá ser acompanhado de cilindros de oxigênio para backup de **1 a 4 m³ ou de 8 a 10m³**, (incluindo: regulador de pressão, e suporte para fixação) para uso em caso emergencial, com as seguintes características: oxigênio medicinal comprimido inodoro, insípido, não inflamável, comburente, Peso Molecular = 31,9988, Produto sem efeito toxicológico, grau de pureza mínimo 99,50%, o cilindro reserva deverá estar carregado, e até 02 (duas) vezes ao mês, quando da utilização destes por falta de energia elétrica ou falha no concentrador, o mesmo deverá ser reabastecido ou substituído pela empresa, sem ônus para o usuário ou para a contratante.” (destacamos)*

O presente certame tem por objeto a Contratação de empresa especializada para futura e eventual locação de kit concentradores de oxigênio, CPAP, BI-LEVEL e ventilador mecânico para atendimento ao programa de oxigenoterapia domiciliar, neste município, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital, sendo processado sob o sistema de registro de Preços.

O Sistema de Registro de Preços - SRP consiste em procedimento licitatório, com objetivo de registro formal de preços relativos a serviços ou bens, concedendo à Administração Pública, no momento em que entender oportuno, a possibilidade de futura contratação nos moldes do melhor preço registrado.

O Registro de Preços não implica em obrigatoriedade de contratação do quantitativo total estimado, sendo adotado preferencialmente quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, ou quando, contudo, pela natureza do objeto, não seja possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (art. 2º, incisos I e IV, do Decreto Municipal nº 366/2008).

Segundo as disposições contidas no item 19 do Edital, bem como no item 2 do Anexo I – Termo de Referência, o instrumento convocatório contempla o quantitativo total de Kits concentradores de oxigênio, sendo que cada concentrador deverá ser acompanhado de cilindros de oxigênio para backup de **1 a 4 m³** ou de **8 a 10m³**, (incluindo: regulador de pressão, e suporte para fixação) para uso em caso emergencial.

Instada a se pronunciar acerca do mérito da impugnação, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Setor de Serviço Social/Oxigenoterapia Domiciliar informou que os Kits concentradores de oxigênio com backup serão fornecidos de acordo com a demanda de pacientes, não sendo passível predefinir, com exatidão, os quantitativos de cilindros.

Mister reiterar que a contratação decorrente do presente certame será processada através do sistema de registro de preços, tendo em vista que, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Diante do exposto, não prevalecem as alegações contidas na Impugnação, descabendo falar em necessidade de retificação do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

III.3. Da alegação de inexistência de definição de prazo para execução dos serviços

Por fim, a Impugnante alega que o Edital não define “prazo para implantação dos equipamentos”, sustentando que o prazo razoável seria em torno de 60 (sessenta) dias.

Ocorre que, conforme já registrado, o presente certame destina-se à contratação de empresa especializada para futura e eventual locação de kit concentradores de oxigênio, CPAP, BI-LEVEL e ventilador mecânico para atendimento ao programa de oxigenoterapia domiciliar, neste município, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

Observa-se não assistir razão à Impugnante na medida em que o Edital é explícito ao contemplar o prazo para execução dos serviços: Confira-se

*“16.15. O prazo de entrega dos produtos é de **05 (cinco) dias corridos**, conforme condições do **item 4 do Anexo I – Termo de Referência**.” (destacamos)*

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Saúde – solicitante do certame – as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando a previsão de prazo de entrega dos produtos (05 dias).

Se por um lado, a necessidade da Administração deve ser atendida no menor tempo possível, por outro, evidentemente, não se pode deixar de considerar que os prazos estipulados no certame devem ser razoáveis, viabilizando-se ao Contratado tempo hábil para cumprimento das obrigações estipuladas na Ata/Contrato, em especial no que concerne à entrega.

Cediço que a tendência atual da logística consiste na redução dos prazos para entrega, em virtude da modernização dos sistemas e dos meios de distribuição. Não obstante, mister sejam levados em conta os diversos fatores que integram as etapas do processo logístico, sob pena de se obstaculizar a ampla participação de concorrentes na licitação.

No caso concreto, com a devida vênia, tratando-se de locação de equipamentos de uso/instalação imediata, e por se tratar do fornecimento de itens comuns, não personalizados e comumente disponíveis em estoque, não se observa ausência de razoabilidade no prazo estabelecido para entrega, considerando os padrões usuais de mercado e de contratação.

Não consta da impugnação nenhum conjunto probatório de cronograma de logística que embase objetivamente a dilação do prazo de entrega nos moldes pretendidos, demonstrando a inviabilidade no cumprimento do prazo estipulado pela Administração, visto que os prazos praticados pela Impugnante não necessariamente serão os mesmos disponibilizados por suas concorrentes.

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em resguardar a efetividade e eficiência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão da condição de execução dos serviços, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por AIR LIQUIDE BRASIL LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 18 de julho de 2022.


Alisson Dias Laureano
Pregoeiro